



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

GABINETE DE APOIO AOS VEREADORES DO PCP

Proposta nº 9/2019

Um serviço de Higiene e Limpeza Urbana de qualidade na cidade de Lisboa

Lisboa vive uma situação de inaceitável falta de qualidade ao nível da recolha de lixo e limpeza das ruas, que põe em causa a qualidade de vida e do meio ambiente urbano de quem vive em Lisboa, nela trabalha ou a visita;

A reorganização administrativa da cidade de Lisboa e a passagem de competências para as Juntas de Freguesia, fruto do entendimento da maioria do PS na CML e AML com o PSD, e à qual o PCP sempre se opôs, representa um profundo recuo na resposta aos interesses da população. Após anos de desinvestimento nos serviços da CML, particularmente nos sectores operacionais, como é o caso da limpeza e higiene urbana, a transferência de competências concretizou o desmantelamento desses serviços, com a transferência de cerca de 1800 trabalhadores para as Juntas de Freguesia, bem como de património, equipamentos e outros meios;

Na higiene e limpeza urbana, as consequências são hoje agravadas em períodos de maior produção de resíduos sólidos, consequência da transferência cerca de 600 trabalhadores para as Juntas de Freguesia, dando-se a ruptura na capacidade dos serviços de recolha dos Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) que funcionavam em boa medida assentes no trabalho de funcionários que realizavam também a varredura e a lavagem das ruas. Acresce o desinvestimento verificado há anos na frota da higiene urbana (incluindo também na que foi dispersa pelas Juntas de Freguesia), as deficiências ao nível da organização dos circuitos de recolha e na formação dos trabalhadores, assim como o fim da rotação de tarefas dos trabalhadores e a acrescida penosidade do serviço de recolha de RSU;

Ao nível das Juntas de Freguesia, que assumiram competências na área da higiene urbana, sem prejuízo das diferenças que marcam a situação das diferentes Freguesias (em si mesmas uma consequência negativa da reforma), existe uma incapacidade quase generalizada para dar resposta à limpeza e varredura de ruas, o que origina o recurso à contratação de trabalhadores de forma precária ou ao recurso a empresas privadas onde também se verifica a precarização dos vínculos dos trabalhadores deste sector;

Por detrás da retórica utilizada por PS e PSD para justificar o processo de reorganização administrativa em Lisboa – modelo desastroso que agora querem impor ao resto do país através da lei-quadro de transferência de competências – baseada numa falsa ideia de proximidade aos cidadãos, bem como em poupanças na gestão



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

GABINETE DE APOIO AOS VEREADORES DO PCP

dos serviços, estão as verdadeiras intenções: privatização de serviços, redução do número de trabalhadores, aumento da precaridade dos vínculos laborais e cedência constante aos interesses de grandes interesses económicos.

Lisboa precisa de uma intervenção concertada ao nível da cidade, uma estratégia global, que integre as várias competências da higiene urbana, garantindo assim um serviço de qualidade e uma cidade mais limpa.

Assim, os Vereadores do PCP propõem que a Câmara Municipal de Lisboa reunida em sessão pública, em 26 de Setembro de 2018, delibere:

1. Elaboração de um novo Plano Municipal de Gestão de Resíduos 2020-2025, que preveja uma intervenção urgente na resolução dos vários problemas identificados, garantindo um serviço público de qualidade e uma cidade mais limpa. Uma proposta de plano que deverá ser alvo de discussão com as organizações representativas dos Trabalhadores do Município, e submetida ao executivo municipal e alvo de deliberação até ao final de 2019.
2. A contratação de mais trabalhadores e a aquisição de novos equipamentos, adequados para uma efectiva e eficaz recolha dos resíduos sólidos, limpeza e lavagem das ruas, em condições de segurança para os trabalhadores;
3. Considerar reassumir os serviços de higiene urbana, reassumindo igualmente todas as suas responsabilidades, prestando um serviço público de qualidade aos seus munícipes e visitantes e assegurando estabilidade e direitos laborais aos seus trabalhadores.

Lisboa, 17 de Janeiro de 2019

Os Vereadores do PCP

João Ferreira

Jorge Alves